

EDITORIA-EXECUTIVA: Manoella Monteiro | opiniao@opovo.com.br

EDITORIAL

Comissão da Verdade: primeiro depoimento esclarecedor

A Comissão da Verdade começa a fazer História. Ontem, ouviu o primeiro depoimento de um ex-agente do Estado, envolvido diretamente na morte de militantes de esquerda: o ex-delegado do Dops Cláudio Guerra. Após ser tornado evangélico, ele resolveu falar. Um relato já havia sido feito por ele, sob a forma de um livro publicado recentemente: *Memórias de uma Guerra Suja*.

Graças ao agente, pôde-se conhecer, por dentro, como funcionava o esquema de tortura, assassinatos e "desaparecimentos" de detidos pelos órgãos de repressão. Inclusive, confessa ter dado sumiço a vários corpos, a mando do Exército, incinerando-os em fornos de uma usina de cana-de-açúcar em Campos (RJ), de propriedade à época do então vice-governador Eri Ribeiro. Mais do que isso: ele identificou segmentos empresariais e outros que financiavam os órgãos de repressão, mesmo tendo consciência de que praticavam torturas e assassinatos.

Um dos cabeças da repressão identificados pelo delegado é o tenente-coronel reformado Paulo Malhões - que usava o codinome "doutor Pablo". Em reportagem publicada, no último domingo, pelo jornal O Globo, Malhões revelou como funcionava um aparelho clandestino de tortura, montado pelo Centro de Informações do Exército (CIE) em Petrópolis e que ficou conhecido como a "Casa da Morte". Ninguém saía

Essa história de horror foi uma política deliberada de tortura e extermínio determinada pelo Estado

vivo de lá. Só houve uma exceção: a ex-militante da VAR-Palmares e VPR Inês Etienne Romeu, que fingiu ter aceitado trabalhar como informante da repressão.

Há expectativas de que os depoimentos consigam esclarecer desaparecimentos como o do ex-deputado Rubens Paiva, sequestrado por militares e levado para um quartel do Exército, e que teria sido morto por torturas, segundo testemunhas. O tenente-coronel Paulo Malhões confirmou, sem a menor emoção, denúncias de ex-torturados, de que jacarés e cobras foram usados como meios para obrigar prisioneiros a falar.

O pior é que essa história de horror não foi fruto de "excessos" de agentes que teriam "perdido o controle", mas foi uma política deliberada de tortura e extermínio determinada pelo Estado, segundo documentação publicada pelo jornalista Elio Gaspari, em sua trilogia sobre a ditadura. É uma oportunidade ímpar para as Forças Armadas darem explicações à Nação sobre esses episódios.

Comente nosso editorial:
opinioa@opovo.com.br

CHARGE DO CLAYTON



Comente a charge:
charge@opovo.com.br



ARTIGOS

Mudança de nomes

Adisias Sá

adisiasa@gmail.com



Jornalista

Raro o dia em que não se toma conhecimento de algo absolutamente inaceitável - a mudança de nomes de ruas e até de praças, avenidas e bairros. Sem a menor explicação, a alteração é feita e quem quiser que se indignar intimamente, por que de público e oficial não se tem uma só palavra ou comunicação. Tenho ouvido que a mudança vai por conta de quem ali mora ou obra e graça de projeto da Câmara Municipal. Se um cidadão, sem que nada lhe seja informado, bate com "a cara na parede", imaginemos o pessoal dos Correios na entrega de correspondência. O fato, seja

de que lado for consumado e parta de onde partir, merece pronta reação do cidadão. A denominação das vias públicas é tarefa do Legislativo Municipal. Outro ponto merece ser observado: há pessoas absolutamente desconhecidas, até mesmo dos moradores daquelas localidades, que viram nomes de logradouros públicos, sem que aconteça a menor reação: é a postura do "tanto faz como tanto fez". E não deve ser assim: a passividade é sinônimo de indiferença. Cada um de nós é responsável pelo local onde vive e não é joguete de quem quer que seja. Vou além: sempre deveria (deve) ser consultada a população quando algo lhe disser respeito. A indiferença é responsável por muitas medidas, oficiais ou não, que depois de concretizadas passam a ser criticadas. Toco, como percebe o leitor, em um ponto merecedor de re-

flexão: até onde vai a nossa responsabilidade para com o todo, o coletivo? Somos acomodados, indiferentes ao que acontece na nossa cidade, no nosso bairro, na nossa rua e isso não é o que se chama hoje de "politicamente correto". A participação popular não acontece só nas eleições não. Não é justo, nem democrático, esperar pelas eleições e dizer "cumprí com o meu dever". O nosso dever vai além do votar: é participar, reclamar, denunciar. Sei que bairros inteiros se movimentam quando das festas juninas: todos dão suas opiniões, participam, discutem. Por que não se age assim, sempre, em relação a nossos bairros, ruas e cidade? Mudar nome de rua, de bairro também, não é só tarefa da Câmara Municipal, não: a população deve ser ouvida. Ou só se "ouve o povo" quando eleitor?

ESCREVA ÀS TERÇAS

Fala, cidadão

Parque do Cocó

Informações comentam em: portal.wapovivo.com.br a matéria "Árvore verde podem restringir acesso ao Parque do Cocó"

De todas essas restrições concordo que haja pelo menos uma: da circulação de bicicletas. Quem faz caminhada lá sabe o risco que há, pois crianças atingem altas velocidades colocando em risco outras crianças e os idosos. No fim de semana então, triplica a quantidade. **Glaudson Macêdo.**

As restrições produzirão o efeito contrário. Sem a ocupação pelo lazer, a tendência é o abandono da área, favelização, poluição e aumento de crimes. Essa política de segregação só reforça a imagem de "mato" como lugar ruim, insalubre e perigoso. **Carlos Henrique Carvalho.**

Sisu

Internautas comentam no Facebook do O Povo Online a matéria "Ministério Público Federal no Ceará pede anulação

de Sisu do segundo semestre"

Acho certo. Imagine se todos os alunos que entraram no primeiro semestre para universidade "X" do Interior resolvessem ir para a universidade da Capital? Salas vazias, prejuízo e vagas jogadas fora. **Aryanna Santos.**

Se ultimamente há fraude até nos resultados de concursos públicos, imagine neste tipo de ensino que é colocado em último plano no Brasil. **Caio Cesar.**

Parada Gay

Político brasileiro só resolve ficar próximo do povo em tempo de eleição. Fora da época se escondem, semem e não fazem questão de estar perto do povo. Sempre foi assim e continua sendo. É vergonhoso. **Oliveira.** Comentando no portal.wapovivo.com.br a matéria "Preferências e pesquisas Parada pela Diversidade Sexual de Fortaleza"

O "Kamarada" e os camaradas

Mauro Oliveira

mauro.oliveira@foralinet.com.br



Ex-diretor do IFCE e PhD em informática

O título seria "Uma Noite de São João". Preparei-o com esmero, até porque a data é propícia. Mas o fazer cede ao espírito! Não resisti em revistar o sonho. Diretor da Escola Técnica Federal do Ceará, em 1998, eu abria o auditório para o "Kamarada" Lula mostrar a que veio. Não foi simples. O "patrulhamento" à época não poupava "gregos nem samangos". Pagaria caro por esta "ousadia" em nome da democracia, o que ficaria visível no orçamento da instituição. Pasmem em ver hoje

"Lulistas de última hora" que o desprezavam. Perceberia, mais tarde, que oportunismo não tem credo. "A política é dinâmica"... Humm! Era 2002. Desfraldávamos nas ruas o "sem medo de ser feliz" à procura do Brasil de Gilberto Freire: "Eu ouço as vozes, eu vejo as cores, eu sinto os passos de outro Brasil que vem aí, mais tropical, mais fraternal, mais brasileiro". Em 2005, tive a sorte de ver novo "Kamarada", já presidente, ser aplaudido no London College of Business. Foi emocionante ver um brasileiro, mais fraternal, mais tropical, sobrevivente de secas e porradas, ser reconhecido por "gringos e troianos". 2007, O "Kamarada" Lula se fez. O metalúrgico mostrava ao mundo que a genialidade política não era prerrogativa da academia. Afinal, o Luiz forjado na es-

cola da vida investira em educação, saúde e ciência e tecnologia muito mais do que o Fernando formado na Sorbonne, afetando sobremaneira a base da pirâmide social e a economia. O tempo passa. E ficamos nós, voluntários de outrora, constrangidos com uma tal de "flexibilização", uma perigosa zona cinzenta entre o ético e o amoral praticada por certos camaradas do "Kamarada". Mas o fazer, dizia meu pai, cede ao espírito! O abraço recente entre Lula e Maluf, o imoral, nos distancia do Brasil de Freire. Faz nos sentir na "república de Nicolau" onde fins justificam os meios. O "Kamarada" fica a nos dever essa... para não o confundirmos com alguns de seus camaradas!

ESCREVA MENSALMENTE

Erramos

Tendências (edição de 15/6, pág. 18) Diferente do publicado na matéria "Enfim, unidos!", o local correto para registrar a declaração de união estável é o Cartório de Notas.

As cartas deverão ter no máximo 15 linhas - com nome completo, endereço, telefone, e RG do remetente, que se responsabilizará pelo conteúdo. Os textos poderão ser resumidos. **O POVO** se reserva o direito de selecionar os para publicação.

O POVO

FUNDAÇÃO EM 7 DE JANEIRO DE 1958
PRAÇA DEMÓCRATA RÓDICA
Presidência e Edição: Valério Damazio
Direção-Geral de Jornalismo:
Adriano Medeiros
Direção-Executiva da Redação:
Fátima Araújo
Diretor-Adjunto: Erick Guimarães
Gerente-Geral de Operações:
Eduardo Brito
Gerente-Geral de Comércio:
Magdo de Melo
Gerente de Pesquisa e Análise:
Valério Damazio
Gerente de Indústria: Valério Damazio
Gerente de TV: Valério Damazio
Banco de Dados: Maria Tereza Aguiar
Editor-Sênior: Valério Damazio
Conselho Editorial: Adisias Sá, Cláudio Ferreira de Lima, Oksaly Bezerra de Menezes, Elisavinda Louzada, Fausto Neta, Francisco José de Lima Medeiros, Lino Vinícius da Silva, Lúcia Rocha Guimarães, Marília Oliveira, Paulo Bonafante, Pedro Henrique Saraiva, Leão, Pinho Bordalo, Rosângela Padilha, Roberto Macêdo, Sérgio Guimarães, Simone Souza, Valdeimar Mendes e Nelson Cybor Damazio

OP
GRUPO DE COMUNICAÇÃO O POVO

Presidente: Valério Damazio
Vice-Presidente: José Luiz de Aguiar

DIRETORIA GERAL
Jornalismo: Valério Damazio, Nelson Cybor Damazio
Administração: Adisias Sá, Leão
Mídia Digital: Pinho Bordalo, Roberto Macêdo
Comercial: Maria Spindler
Mundo Livre: Wilson Mendonça
Editor: Valério Damazio

ATENDEMENTO AO LEITOR E ASSINANTE: 3254 1010
CALL CENTER ATENDIMENTO O POVO.COM.BR
OBSERVENÇA: 1155 6281. E-mail: atendimento@opovo.com.br

DISTRIBUIÇÃO EXCLUSIVA NO BRASIL:
LULA: Distribuidora de Notícias Ltda., Associação Internacional de Brasília Press, Associação Brasileira de Notícias, Sênior de Notícias, Sênior de Notícias 2000 - Brasília/DF, Infonews (100%) S.A. 1997, Sênior de Notícias (100%) S.A. 1997, E-mail: editor@atendimentoopovo.com.br

PREÇOS DE ASSINATURA (preços em reais): Agência Infonews, Agência AP/P Express News

ANÚNCIOS E PUBLICIDADE:
ANUNCIOS: Agência de Propriedade e Gestão de Mídia, Agência de Propriedade e Gestão de Mídia, Agência de Propriedade e Gestão de Mídia, Agência de Propriedade e Gestão de Mídia

A insustentabilidade do cigarro

Marcos Moraes



Diretamente relacionada à responsabilidade social e à preservação do meio ambiente, sustentabilidade é a palavra do momento e pode confundir e servir apenas como marketing para produtos e companhias que de sustentáveis têm pouco ou quase nada. A indústria do cigarro também está dando o seu jeitinho de se tornar "sustentável". Valendo-se de algumas práticas de economia de água e do recolhimento de resíduos, as empresas de tabaco correm pelas beiradas, ex-

plorando cada iniciativa em relatórios de sustentabilidade e prêmios concedidos pela imprensa e por Organizações Não Governamentais (ONGs). Mas como premiar empresas cujos produtos causaram, só no século XX, a morte de 100 milhões de pessoas? Além disso, são cerca de 1,2 bilhão de fumantes no planeta consumindo milhões de cigarros todos os dias e jogando gases tóxicos, como monóxido de carbono, nos ambientes internos e na atmosfera. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), morrem cerca de 600 mil nos fumantes no mundo, por ano, devido ao tabagismo passivo. No portfólio de insustentabilidade dessas companhias constam ainda práticas nada éticas na sua relação com cerca de 200 mil fami-

lias de pequenos agricultores inseridos na cadeia produtiva de fumo no Brasil. A indústria usa a capacitação e a parceria que oferecem a esses fumicultores para os tornar reféns de seus subsídios e de sua tecnologia e os usar como mão de obra barata sem pagamento dos devidos direitos trabalhistas. É evidente a contradição entre o negócio tabaco e o desenvolvimento sustentável, expressão formalizada pela primeira vez no Relatório Brundtland das Nações Unidas, durante a Rio Ec92. No Brasil, têm sido frutíferos os esforços para reduzir o tabagismo, mas ainda são tímidas as iniciativas para resgatar os pequenos agricultores da dependência econômica da cadeia produtiva do fumo.